

## Entidades entregam propostas da Odontologia a Arlete Sampaio

**R**epresentantes do SODF, da ABO-DF e ABO-Taguatinga entregaram à deputada distrital Arlete Sampaio, candidata do PT ao Governo do Distrito Federal, documento com as propostas da categoria para a área de saúde bucal. O encontro aconteceu no último dia 14 de setembro, no comitê da candidata. Arlete assumiu o compromisso de trabalhar pela implantação das propostas apresentadas pelas entidades e que se enquadram na política de saúde bucal preconizada pelo Ministério da Saúde. Entre elas, destacam-se a implantação de equipes de saúde bucal em todas as equipes do Programa Saúde da Família (PSF); instituição do terceiro turno de atendimento na área odontológica; efetivação dos seis Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) existentes no SUS/DF e instalação de novos CEOs em outras regiões do DF.

**Página 3**



Foto: SODF

*Manoel José Luiz (diretor da ABO-DF), Rozângela Camapum, Arlete Sampaio e Fábio Jacob (presidente do SODF), durante a entrega do documento à candidato do PT*

Foto: Ronaldo Barroso



### Sindicato teve audiência com subsecretário de Atenção à Saúde da SES-DF

Credenciamento de entidades privadas como Centros de Especialidades Odontológicas, descredenciamento dos CEOs do DF e isonomia salarial. Esses foram os assuntos tratados pela diretoria do Sindicato com o subsecretário de Atenção à Saúde, Dr. Evandro Oliveira da Silva, em reunião ocorrida no dia 26 de junho último.

**Página 3**

### Professor Jorge Cordón coordenará curso de Especialização em Odontologia do Trabalho

Mais uma iniciativa do SODF que vem ao encontro dos interesses da categoria, este curso visa oferecer uma especialização com grandes perspectivas de mercado de trabalho, a um preço bom e com excelente coordenação.

**Página 6**

### Não podemos retroceder na história: saúde bucal é no SUS

Colocar um cirurgião-dentista em cada escola é um modelo de assistência que está sendo superado no Brasil nos últimos anos.

**Página 4**

### Concurso para cirurgião-dentista da SES-DF

Como o Sindicato havia anunciado no último boletim, o concurso na SES foi realmente realizado, mas indícios de irregularidade levaram o SODF a solicitar que a Prosus acompanhe o processo. Também é preciso que todos os colegas ajudem a fiscalizar.

**Página 5**

*I Curso de Aprimoramento foi concluído com sucesso*

**Página 2**

# É hora de votar

**O** futuro imediato do Distrito Federal e do Brasil será decidido no próximo dia 1.º de outubro, quando os eleitores irão às urnas escolher nossos governantes e representantes no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa pelos próximos quatro anos. Sem dúvida, trata-se de uma grande responsabilidade conquistada por todos os cidadãos e cidadãs de nosso País. Não cabe ao Sindicato indicar o voto neste ou naquele candidato. Porém, uma análise do cenário atual pode ajudar na hora da escolha.

No plano nacional, são inegáveis os avanços alcançados no campo econômico – como a queda da inflação e a melhoria na distribuição de renda, conforme dados constatados recentemente pelo IBGE – e na educação, principalmente por meio do Pronuni – Programa Universidade para Todos, que tem concedido bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda.

Especificamente na área da saúde bucal, chegamos a agosto com 440 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) instalados. Outros 242 já foram credenciados à antecipação do recebimento do recursos para implantação. De janeiro de 2005 a maio de 2006, foram realizados 4.161.226 procedimentos odontológicos nos 334 CEOs habilitados até então. A Política Nacional de Saúde Bucal adotada no atual governo também é responsável pela implantação de 9.983 novas equipes de saúde bucal na estratégia de Saúde da Família, no período de dezembro de 2002 a agosto de 2006, alcançando-se o total de 14.244 equipes, um aumento de mais de 234% em relação a 2002. Mais de 4.100 municípios estão sendo beneficiados. A ampliação do sistema de fluoretação da água de abastecimento público é outra medida importante para a melhoria da saúde bucal da população brasileira. Esses avanços são consideráveis, mas é possível avançar ainda mais, o que certamente acontecerá em um segundo mandato do governo Lula, que foi o primeiro presidente a realmente priorizar a saúde bucal no Brasil.

No Distrito Federal o cenário é bem diferente. Além de convivermos com o desmonte do serviço público de saúde nos últimos anos, vimos o grande retrocesso administrativo que foi a centralização de todas as compras do GDF numa única secretaria. Como resultado dessa sistemática, a CPI da Saúde identificou indícios de que mais de R\$ 20 milhões foram gastos na compra de medicamentos que nunca chegaram à rede. Ao longo dos últimos quatro anos, quase nada mudou em relação ao atendimento odontológico. Os problemas se arrastam e a SES-DF parece ignorar as necessidades da população nessa área, mesmo tendo condições de oferecer saúde bucal de qualidade.

Também não é nada animador ver agora, na campanha eleitoral, propostas para a área odontológica sem nenhum respaldo epidemiológico. Por isso, defendemos que o setor saúde do DF deve ser conduzido por pessoas que já demonstraram entender do assunto. Acreditamos que nossa categoria tem maturidade política para escolher bem seus candidatos, lembrando sempre que fazemos parte de um todo e que devemos votar levando em consideração os interesses da coletividade, e não somente nossos anseios pessoais.

*Boa eleição a todos!*

# I Curso de Aprimoramento é concluído com sucesso

Foto: SODF



A diretora Patrícia Zampronha e o professor Jorge Cordón no encerramento do I Curso

O Sindicato acertou na iniciativa e na escolha dos professores. Essa foi a avaliação dos cirurgiões-dentistas que participaram do I Curso de Aprimoramento promovido pela entidade e encerrado no último dia 31 de agosto. Os alunos aproveitaram para sugerir novos temas para o próximos cursos.

O SODF cumpre com êxito a proposta de atender a uma das mais destacadas necessidades da categoria, ou seja, educação continuada de qualidade e acessível.

## ELEIÇÕES NO CRO-DF

### Votações não alcançaram o quórum e CFO deverá intervir

É o que informa a atual diretoria do Conselho Regional de Odontologia do DF em nota publicada no site da entidade. No entanto, para a chapa 2, a oposição venceu a eleição no primeiro turno (7 de agosto) com diferença de 161 votos. A diretoria do CRO-DF não reconheceu esse resultado, respaldada pela Lei n.º 4.324, de 1964. A chapa 2 entrou então com processo administrativo no Conselho Federal de Odontologia, mas não houve tempo hábil para o julgamento antes da segunda votação, convocada pelo CRO para o dia 28 de agosto.

A chapa 2 venceu no-

vamente o pleito, dessa vez com 214 votos a mais, porém a diretoria do CRO entendeu que mais uma vez o quórum não foi alcançado e solicitou a intervenção do Conselho Federal.

Na opinião dos membros da chapa 2, a decisão do CRO é vergonhosa para o DF, pois passa a impressão de que os profissionais daqui não têm competência para votar nem conduzir um processo eleitoral. A chapa 2 entrou com ação na Justiça comum requerendo o reconhecimento da vitória e aguarda que o CFO também homologue o resultado dos dois turnos, visto que a categoria não deseja uma nova eleição.

# Sindicato teve audiência com subsecretário de Atenção à Saúde

Foto: Ronaldo Barroso

**C**redenciamento de entidades privadas como Centros de Especialidades Odontológicas, credenciamento dos CEOs do DF e isonomia salarial. Esses foram os assuntos tratados pela diretoria do Sindicato com o subsecretário de Atenção à Saúde, Dr. Evandro Oliveira da Silva, em reunião ocorrida no dia 26 de junho último. A solicitação de audiência com o Secretário de Saúde foi deliberada em assembléia da categoria. Depois de várias tentativas infrutíferas de agendar reunião com o titular da SES, os dirigentes do SODF foram para a porta do gabinete de José Geraldo Maciel, sendo então recebidos pelo subsecretário de Atenção à Saúde.



não haverá controle da aplicação dos recursos, não será realizado concurso público e futuramente, se uma entidade privada for descredenciada, ficará com todas as instalações, causando grande prejuízo ao SUS e à população.

## Descredenciamento

O descredenciamento dos CEOs do DF pelo Ministério da Saúde foi o segundo assunto tratado com o subsecretário de Atenção à Saúde. O Sindicato lembrou que desde janeiro de 2005 o Ministério da Saúde vinha repassando ao DF recursos que totalizaram, até maio deste ano, R\$ 1.197.600,00, dinheiro que não foi utilizado. Por essa razão, o MS estabeleceu prazo para o GDF aplicar os recursos na compra de equipamentos e materiais que viabili-

zassem o atendimento previsto – procedimentos de média complexidade – e na contratação de THDs, pois os Centros não dispunham desses profissionais na quantidade exigida.

O SODF enfatizou a necessidade de o GDF viabilizar todas essas questões, evitando assim o descredenciamento dos CEOs, pois não há nada que justifique o fato de o governo não ter utilizado os recursos garantidos desde 2005.

O subsecretário respondeu que o GDF está tomando as medidas necessárias para não haver o descredenciamento, mas

ainda assim o Sindicato vai denunciar na imprensa o risco de o Distrito Federal perder seus Centros de Especialidades Odontológicas. Seria um prejuízo irremediável para a categoria, mas, principalmente, para a população.

## Isonomia salarial

O terceiro ponto tratado com Dr. Evandro de Oliveira foi a isonomia salarial dos cirurgiões-dentistas com os médicos da SES-DF. Dr. Fábio Alauri, presidente do SODF, afirmou que não há motivo algum para que os dentistas recebam menos que os profissionais médicos, já que desempenham funções relevantes e igualmente importantes para a população. O subsecretário assumiu o compromisso de fazer os encaminhamentos a fim de reverter essa situação.

## CEOs: credenciamento de entidades privadas no DF

O Secretaria de Saúde do DF divulgou, no último dia 11 de maio, edital que possibilitava às entidades privadas do DF se candidatarem à instalação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). O edital, embora a SES-DF tenha sido alertada pelo SODF, não foi submetido à apreciação do Conselho Distrital de Saúde. O assunto foi submetido aos cirurgiões-dentistas em assembléia realizada no dia 23 de maio, e estes deliberaram que o Sindicato continue defendendo a aplicação dos recursos do SUS na rede pública, evitando-se a terceirização do sistema de saúde, a falta de controle dos recursos públicos e, acima de tudo, a

dificuldade de acesso dos usuários do SUS ao sistema de saúde.

Como os dirigentes do SODF não conseguiram conversar com a SES sobre o assunto antes da divulgação do edital, informaram ao Conselho de Saúde do DF, por meio de ofício, a existência de tal processo de conveniamento, bem como o posicionamento do Sindicato, e solicitaram que o referido edital fosse requerido pelo Conselho para discussão e deliberação. Isso foi feito numa reunião pública – como devem ser tratados assuntos dessa natureza –, na qual decidiu-se por remeter o assunto a reunião futura, já que os conselheiros de saúde, os únicos com direito a

voto, não se sentiram suficientemente esclarecidos sobre a questão.

Nesse ínterim, o Ministério da Saúde manifestou não haver mais tempo hábil para novos CEOs no DF; assim a SES, segundo informação do gerente de Odontologia, entendeu que a discussão não mais procedia.

O Sindicato sempre trabalhou em defesa dos interesses da categoria, por condições de trabalho adequadas e serviços de saúde de qualidade. Temos um posicionamento claro sobre o que entendemos ser terceirização do Sistema Único de Saúde e estaremos sempre disponíveis para defendê-lo nos espaços legítimos para isso.

# Entidades entregam propostas para a saúde bucal à candidata Arlete Sampaio

Foto: SODF



**D**urante encontro ocorrido no último dia 14 de setembro, representantes do SODF, da ABO-DF e da ABO-Taguatinga entregaram à deputada distrital Arlete Sampaio, candidata do PT ao Governo do Distrito Federal, documento com as propostas da categoria para a área de saúde bucal. (Veja o quadro “Propostas para a saúde bucal no DF”.) A candidata assumiu o compromisso de trabalhar pela implantação das propostas alistadas no documento e que se enquadram na política de saúde bucal preconizada pelo Ministério da Saúde.

Essa política prevê o atendimento integral a todas as faixas de idade, do bebê ao idoso, dentro do Sistema Único de Saúde. Com o preenchimento das vagas existentes nos centros de Saúde, hospitais, Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e

Programa Saúde da Família, bem como a ampliação dos serviços odontológicos na rede pública – como defende a candidata Arlete Sampaio –, estaria garantida a contratação de cerca de 450 profissionais que atenderiam a todos, inclusive os estudantes, mas dentro do SUS.

Esse modelo de atendimento – a todas as faixas de idade e de forma integral – é preconizado pelo Ministério da Saúde e por todos que têm historicamente participado da construção do Sistema Único de Saúde, com deliberações aprovadas nas conferências de Saúde e referendadas nos cursos de Saúde Pública e Odontologia em Saúde Coletiva.

O SODF, junto com as outras entidades odontológicas do DF, está viabilizando a entrega de suas propostas aos demais candidatos ao GDF.

## Não podemos retroceder na história: saúde bucal é no SUS

Colocar um cirurgião-dentista em cada escola é um modelo de assistência que está sendo superado no Brasil nos últimos anos. Desde o advento da Constituição de 1988, quando foram aprovados a Lei Orgânica da Saúde e o Sistema Único de Saúde, ficou estabelecido o atendimento a todas as faixas etárias, desde o bebê ao idoso, de forma integral, nos centros de Saúde, ou seja, não se dissociando o atendimento médico do odontológico.

O SODF sempre contribuiu, participou e participará da elaboração das políticas de saúde bucal no DF, independentemente do candidato que venha a assumir o GDF. Porém, não pode o Sindicato concordar com propostas que caminhem na contramão da história da saúde bucal e do SUS. Vamos continuar lutando pelo preenchimento, por meio de concurso público, de todas as vagas atualmente existentes na rede SUS e pelo aproveitamento da estrutura já instalada, ao invés da criação de outra rede em escolas, medida que significaria gasto do dinheiro público de forma inadequada e retrocesso na consolidação do Sistema Único de Saúde.

## Propostas para a saúde bucal no DF

### Rede pública:

- Implantar equipes de saúde bucal em todas as equipes do Programa Saúde da Família (PSF).
- Instituir o terceiro turno de atendimento na área odontológica.
- Reativar os seis Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) existentes no SUS/DF (Gama, Taguatinga, Asa Sul, Asa Norte e Planaltina), e solicitar ao Ministério da Saúde a instalação de novos CEOs em outras regiões do DF.
- Implantar unidades regionais de próteses dentárias e criar o cargo de técnico em prótese dentária (TPD) na SES-DF.
- Promover concursos públicos para os cargos de cirurgião-dentista (cerca de 400 vagas) e técnico em higiene dental (THD), para os centros de Saúde, hospitais, CEOs e PSF, com atendimento integral do bebê ao idoso.
- Criar o quadro único de cargos e salários para o cirurgião-dentista do GDF, independentemente da Secretaria em que este estiver lotado.
- Promover a equiparação salarial dos cirurgiões-dentistas com os médicos no GDF.
- Criar o plantão odontológico na rede hospitalar ou nos centros de Saúde onde não houver hospitais.
- Criar o serviço de manutenção dos equipamentos odontológicos e substituir os equipamentos obsoletos.
- Adquirir materiais e insumos odontológicos diretamente pela Secretaria de Saúde.

### Setor privado:

- Viabilizar, por meio de parceria entre as entidades odontológicas do DF e o BRB, o financiamento de cursos de especialização, com juros reduzidos, para os associados dessas entidades.
- Viabilizar, junto ao BRB, linha de financiamento, com juros reduzidos, para aquisição de equipamentos odontológicos.
- Realizar campanhas publicitárias periódicas na mídia enfocando a prevenção e a valorização da Odontologia.
- Trabalhar pela diminuição da carga tributária que incide sobre a atividade do cirurgião-dentista.
- Garantir maior fiscalização visando impedir o exercício ilegal da Odontologia.
- Apoiar os programas sociais desenvolvidos pelas entidades odontológicas.
- Viabilizar salários dignos na área da saúde.
- Garantir a distribuição de kits de higiene oral (pasta de dente, fio e escova dental) dentro dos programas de saúde bucal realizados pelo GDF.
- Organizar, em conjunto com as entidades de classe, cursos profissionalizantes para auxiliares de consultório dentário (ACD), técnico em higiene dental (THD) e técnico de prótese dentária (TPD).
- Criar o GECOF – Grupo Executivo de Controle do Flúor nas águas de abastecimento público no DF.

## Parecer técnico sobre a proposta de um dentista em cada escola

Fernando Ferreira da Silva\*

Deixando a política de lado, não importando quem propôs um dentista em cada escola pública, e não importando qual partido abraçou essa proposta, gostaria de dar um parecer técnico.

Tanto eu como professores de Saúde Coletiva, especialistas na área, a ABO-DF e a Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria de Educação somos consonantes em afirmar que essa proposta vai na contramão dos preceitos básicos e elementares de saúde coletiva.

Apesar de ser elementar, gostaria de lembrar que a saúde coletiva, como o próprio nome diz, tem como proposta abranger o maior número de indivíduos. Quando se fala em ter um dentista em cada escola (onde serão aplicados muitos recursos e o impacto será muito pequeno), estamos fugindo da proposta de abrangência para focar a atenção à saúde em um nicho – os escolares –, sendo que esta atenção deve ser realizada por pessoal auxiliar, com formação para tal, realizando promoção da saúde, como escovação supervisionada com pasta dental fluoretada, ensinando técnica de escovação, uso correto de fio dental e noções básicas de higiene, assim como orientação alimentar.

Digo isso porque se torna muito oneroso para o Estado pagar ao cirurgião-dentista para realizar este trabalho, sendo que este profissional deveria estar em um centro de Saúde realizando tratamento curativo e preventivo nos casos encaminhados pelas escolas, abrangendo o atendimento ao adolescente, ao adulto e ao idoso.

Voltando ao centro da questão, essa nossa postura não está baseada no empirismo e no “achismo”. É uma posição com base em evidência científica. Isso é resultado de estudos e trabalhos que demandaram muito tempo e com muito profissionalismo aqui e no resto do mundo. Quero citar somente Cuba, referência em saúde para o mundo, onde não se usa este sistema há muito tempo. Niterói copiou o modelo cubano, e assim fizeram também Santos e Curitiba.

\*Gerente de Odontologia da SES-DF

## SODF solicita acompanhamento do Ministério Público

**D**iante da anulação da prova objetiva do concurso público para cirurgião-dentista da Secretaria de Saúde do DF (edital n.º 19, de 3.08.06), a diretoria do SODF tomou a iniciativa de enviar ofício ao promotor de Defesa dos Usuários da Saúde (Prosus), Dr. Jairo Bisol, solicitando providências que possam garantir aos candidatos e a toda a sociedade a lisura e a qualidade do processo.

A anulação da prova objetiva deveu-se à constatação de que um dos candidatos é parente consanguíneo de um dos membros da banca examinadora. A preocupação do Sindicato é que fatos como esse comprometam a realização da nova prova objetiva, marcada para 5 de novembro de 2006.

O presidente do SODF, Fábio Alauri Jacob, também externou ao representante do Ministério Público a preocupação com a execução do concurso, sob a responsabilidade da Gerência de Seleção de Pessoal para Saúde/DRH/SAO/SES. “Essa preocupação se torna ainda mais relevante diante do fato de que 20% das questões que estavam presentes na primeira prova objetiva apresentavam problemas e tive-

ram que ser anuladas. É preciso destacar que questões mal construídas, com entendimentos dúbios, não só selecionam mal como despertam uma sensação de insegurança diante da veracidade, legitimidade e lisura da avaliação”, argumentou Fábio Alauri. O Sindicato defende que outra instituição deveria conduzir o processo de seleção.

No dia 15 de setembro, diretores do SODF estiveram no Ministério Público e foram recebidos pelo promotor de Justiça Dr. Jairo Bisol. Ele destacou a iniciativa do Sindicato de levar suas preocupações àquela instância jurídica e informou que, em decorrência disso, foi instaurado processo para investigar possíveis irregularidades no concurso público da SES. Segundo o promotor, há forte indícios de que elas existiram. Ele ressaltou também que o processo está bem adiantado, mas detalhes não poderiam ser divulgados para não comprometer as investigações.

O SODF saiu do encontro com o promotor confiante de que, em resultado da ação do Ministério Público, as novas provas serão realizadas num processo com mais lisura. De qualquer forma, estaremos atentos.

## Justiça refuta demissão arbitrária de diretor do SODF

Alguns meses depois de mudar o horário de trabalho do cirurgião-dentista Sandro Rogério Cardoso de Paulo sem a concordância deste, o presidente do Clube da Saúde, Helvécio Ferreira da Silva, demitiu arbitrariamente o funcionário, desconsiderando sua estabilidade no emprego por ser dirigente sindical. Sandro Rogério é secretário-geral do Sindicato dos Odontólogos do DF com mandato até 2007. Tanto a Constituição Federal (artigo 8.º, inciso VIII), quanto a CLT (artigo 543, parágrafo 3.º) vedam a dispensa imotivada de dirigente sindical.

No dia 7 de julho, o funcionário foi surpreendido com a apresentação de um aviso-prévio comunicando-o de sua demissão, mas recusou-se a assinar o documento. Três dias depois e sem qualquer justificativa, foi impedido pelo segurança do Clube da Saúde de entrar no local de trabalho, situação que lhe causou grande constrangimento. No mesmo dia, Sandro Rogério enviou carta ao presidente da entidade colocando-se à disposição para continuar exercendo suas atividades e sa-

lientando a injustiça da demissão, que fere um dos princípios sociais mais importantes: o direito ao trabalho assegurado pela pelo artigo 6.º da Constituição Federal.

O funcionário não compareceu à homologação marcada para o dia 13 de julho no Sindiclubes e os advogados do SODF ingressaram com ação na Justiça requerendo sua imediata reintegração, o que foi concedido logo na primeira audiência. Posteriormente, a juíza substituta do Trabalho Martha Franco de Azevedo manteve a decisão em antecipação de tutela para, em caráter definitivo, reconhecer a garantia provisória de emprego que se prolongará até 5.11.2008, tornando nula a dispensa imotivada de Sandro Rogério Cardoso, já reintegrado ao trabalho.

Cabe destacar que o presidente do Clube da Saúde jamais quis negociar Acordo Coletivo de Trabalho para os cirurgiões-dentistas da entidade. Sua gestão é conhecida pelo autoritarismo e pelas atitudes arbitrárias, mesmo já tendo sido ele próprio dirigente sindical.

# SODF promoverá curso de especialização em Odontologia do trabalho

**E**stá previsto para iniciar em novembro deste ano o curso de especialização em Odontologia do trabalho, a ser coordenado pelo professor Jorge Cordón, professor Doutor pela Universidade de Brasília e profissional reconhecido nacionalmente, em especial pela atuação na área de saúde coletiva.

O curso se antecipa à perspectiva de abertura de mais um campo de trabalho, com a possível aprovação de projeto de lei que inclui as ações de saúde bucal nos serviços de saúde e segurança do trabalho. Além disso, vale lembrar que todo título de especialização dá direito à gratificação de titulação na Secretaria de Saúde do DF.

O investimento mensal para CIRURGIÕES-DENTISTAS SINDICALIZADOS será de R\$ 400,00. As vagas serão limitadas e pré-inscrições já podem ser feitas pelo telefone 3346-1811.

*“Este curso tem por objetivo reconhecer as características epidemiológicas, biológicas, psicológicas e sociais em que se encontram os trabalhadores no Brasil, particularizando o enfoque na saúde bucal. Visa verificar o desgaste do trabalhador no processo social de produção e estabelecer os riscos e os danos que adquire, especialmente no sistema estomatológico. Propõe ainda sistemas de atenção orgânicos à saúde do trabalhador, buscando uma abordagem familiar.”*

Professor Doutor Jorge Cordón

## NOTÍCIAS DA FIO

# Aprovado o plano de lutas para 2006/2007

Foto: FIO

Representantes do SODF participaram de reunião da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) com seus sindicatos filiados, realizada no Rio de Janeiro nos dias 25 e 26 de agosto último (foto). Palestras sobre pacto de gestão, desprecarização do trabalho, PCCS/SUS e Ato Médico, com Maria Helena Machado, representante do Ministério da Saúde, e sobre o balanço das atividades da Política Nacional de Saúde Bucal, por Gilberto Pucca, coordenador Nacional de Saúde Bucal, foram apresentadas no primeiro dia de reunião.

Em seguida, os dirigentes da FIO atualizaram as informações sobre a Mesa Nacional de Negociação, projetos de leis, publicação dos novos VRPOs, eleição dos novos membros do Conselho Nacional de Saúde e etapa nacional dos seminários sobre propaganda de medicamentos, promovidos pela Anvisa com apoio da Federação.



*O destaque do segundo dia de reunião foi a discussão e aprovação do plano de lutas da FIO e dos sindicatos filiados para 2006/2007, com destaque para os seguintes pontos:*

- efetivação da carga horária do cirurgião-dentista no serviço público municipal, estadual e federal em 20 horas semanais;
- contra a abertura de novas faculdades de Odontologia e pelo fechamento das faculdades ineficientes;
- inserção do cirurgião-dentista nas equipes de saúde dos Programas Saúde da Família de todos os municípios e do Distrito Federal, na proporção de 1 ESB para 1ESF;
- criação das carreiras de THD e ACD no SUS, bem como pela aprovação da lei que regulamenta essas profissões no Congresso Nacional;
- manutenção da aposentadoria

- especial para o cirurgião-dentista;
  - inserção do cirurgião-dentista na equipe de Saúde do Trabalho e Segurança do Trabalhador, do Ministério do Trabalho;
  - instituição do exame odontológico obrigatório admissional e demissional;
  - implantação dos novos Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPOs) em todo o País;
  - luta contra a aprovação do PL n.º 25/2002, que regula o ato médico interferindo na ação dos demais profissionais de saúde.
- A FIO e seus sindicatos filiados voltarão a se reunir em novembro próximo, em Brasília.

## Novo sindicato filiado

O SODF dá as boas-vindas ao Sindicato de Minas Gerais, recém-filiado à Federação. Uma das principais metas da FIO é trazer outros sindicatos para a luta, aumentando nossa força para alcançarmos mais avanços para a Odontologia brasileira.

## ATO MÉDICO

# Relatora deve alterar projeto de lei em busca de consenso para aprovação da matéria

**D**iante da falta de consenso verificada em mais uma audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, no último dia 23 de agosto, para discutir o PLS 25/05, a senadora Lucia Vânia (PSDB-GO) deverá alterar a proposta que define o campo de atuação dos médicos. A relatora espera apresentar até o final desta Legislatura, que termina em fevereiro do próximo ano, o substitutivo ao projeto de lei. O parecer deverá buscar assegurar a plena atuação dos profissionais e o direito da população de escolher o atendimento.

O projeto determina as atribuições exclusivas dos médicos e os limites de atuação de outras categorias, como enfermeiros, nutricionistas, odontologistas e fisioterapeutas. O texto original inclui entre os atos que devem ser exercidos unicamente por médicos as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria, supervisão e ensino de procedimentos médicos privativos. Dirigentes das demais categorias profissionais da área de saúde são favoráveis à regulamentação do projeto, desde que estabeleça o limite de atuação de cada profissional.

Em todas as audiências realizadas o clima foi de divergências entre os representantes dos médicos e das demais categorias profissionais da saúde, levando à criação de um movimento contra e outro a favor do PLS 25. A avaliação é de que a proposta compromete a atuação dos demais profissionais da área de saúde, tira a autonomia da população de escolher o profissional que ela achar que vai lhe assistir e limita o acesso à saúde, ao determinar que todo diagnóstico e prescrição terapêutica são atividades exclusivas do médico.

*Fonte: Agência Senado*

## Novos conselheiros do CNS foram empossados em 15 de setembro

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou no dia 15 de setembro, no Auditório do Tribunal de Contas da União (TCU), reunião extraordinária para posse do novo pleno. Os 48 conselheiros titulares e 96 suplentes, que assumem agora, permanecem como membros do CNS até 2009. A cerimônia contou com a presença do ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva. Na mesma reunião, os conselheiros titulares elegeram, entre si, o novo presidente do Conselho Nacional para mandato de um ano.

Com essa nova composição, fica garantida no Conselho Nacional de Saúde a participação do movimento estudantil, da população negra, de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, de ambientalistas, de defesa do consumidor e dos direitos humanos. Pela primeira vez, em 70 anos de criação do CNS, a

escolha das entidades e movimentos sociais para compor o colegiado foi definida em processo eleitoral, realizado no último dia 31 de agosto.

De acordo com o Decreto n.º 5.839/2006, dos 48 conselheiros titulares, 24 representam entidades e movimentos sociais de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); 12 representam entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica; dois representam entidades prestadoras de serviço; e dois representam entidades empresariais da área da saúde.

No segmento dos gestores, seis conselheiros representam o governo federal e outros dois representam o Conselho Nacional de Secretários de Saúde/Conass e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde/Conasems.

*Com informações da Assessoria de Comunicação do CNS*

## Regulamentação das profissões de THD e ACD

O Projeto de Lei n.º 1.140/2003, que regulamenta as profissões de técnico em higiene dental e auxiliar de consultório dentário, está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O texto que será votado foi fruto de acordo entre a FIO, o CFO, a ABO Nacional e a ABCD e apenas regulamenta as duas profissões, não interferindo no mercado de trabalho dos cirurgiões-dentistas. Ao contrário, esses profissionais serão de grande ajuda aos CDs tanto no serviço público quanto no setor privado.

## BREVE ALERTA AOS CIRURGIÕES-DENTISTAS

O Sindicato é a entidade legitimamente constituída e organizada para representar os interesses e defender os direitos trabalhistas dos cirurgiões-dentistas, sejam eles empregados, servidores públicos ou autônomos. Para que o SODF cumpra com eficácia e sucesso esse papel, é funda-

mental que os profissionais interajam diretamente com a entidade. Sempre que for necessário, ou se você quiser apenas comentar ou sugerir algo, procure o SODF. Lembre-se de que você pode contar com um sindicato verdadeiramente combativo, pronto para defender seus direitos.

# Aposentadoria especial do cirurgião-dentista

\* *Dr. Marco Antonio Bilibio Carvalho*

**O**s profissionais que trabalham em condições prejudiciais à saúde, nos termos da legislação, fazem jus à aposentadoria especial, com tempo de serviço reduzido. Isto ocorre no caso do cirurgião-dentista, que na maioria das vezes está exposto a agentes prejudiciais à saúde, trabalhando em ambiente insalubre, onde mantém contato direto e permanente com materiais infecto-contagiantes e radiação ionizante, consoante estabelece o Anexo IV do Decreto n.º 3.048/99, que traz a classificação dos agentes nocivos à saúde.

O cirurgião-dentista vinculado ao Regime Geral da Previdência Social que completar 25 anos de serviço em atividade insalubre tem direito à aposentadoria integral por tempo de serviço. Para tanto, deverá requerê-la junto ao INSS, demonstrando o efetivo exercício da atividade em condições prejudiciais à saúde, por meio

do documento denominado PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, fornecido pelo empregador.

O cirurgião-dentista que é servidor público também tem direito à aposentadoria especial. Porém, de acordo com a regra constitucional inserida no art. 40, § 4º, o exercício desse direito está dependente de lei complementar, até hoje não editada. Portanto, nestes casos, o entendimento é de que apenas o período trabalhado no regime celetista deve ser considerado como especial para cômputo do tempo de serviço reduzido. Assim, o tempo de serviço público celetista deve ser convertido utilizando-se um fator de conversão, que para o homem é 1,4 e para a mulher é 1,2. Exemplificando: para o homem que se aposenta com 35 anos de contribuição e já trabalhou 20 anos em atividade insalubre no regime celetista, esses 20 anos devem ser multiplicados pelo fator de conversão 1,4, o que fará com que os 20 anos representem 28 anos de serviço, faltando apenas sete anos de serviço no

período estatutário. Esse é o entendimento majoritário dos Tribunais.

O cirurgião-dentista autônomo, que recolhe a contribuição previdenciária nesta condição, tem seu consultório particular e não mantém qualquer vínculo de emprego também pode requerer a aposentadoria especial após 25 anos de trabalho. Porém, como não terá condições de apresentar o PPP ao órgão previdenciário – pois não está vinculado a qualquer empresa empregadora –, deverá promover a comprovação por outros meios, especialmente por intermédio de laudo pericial elaborado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, no qual conste a descrição do local de trabalho, os serviços realizados, as condições ambientais, o registro dos agentes nocivos e o tempo de exposição, entre outras informações pertinentes, podendo utilizar-se do Poder Judiciário para buscar o reconhecimento de seu direito caso o INSS não o reconheça.

\* *Assessor jurídico do SODF*

## Resolução da CUT sobre a eleição presidencial de 2006

A Direção Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, reunida nos dias 2 e 3 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo, após debater as eleições de 2006 e em conformidade ao 9.º CONCURT, aprovou resolução de apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de “impedir o retrocesso e avançar nas mudanças”.

A Central avalia que “os avanços obtidos no primeiro mandato de Lula são inequívocos: o aumento do emprego formal, com a criação de aproximadamente 4 milhões de empregos com carteira assinada; o investimento de mais R\$ 15 bilhões entre 2004 e 2005 na agricultura familiar; a promulgação do Estatuto do Idoso; o combate ao trabalho escravo; a luta contra a discriminação por sexo e raça nas relações de trabalho; a contratação de funcionários públicos por concurso; o aumento real de quase 20% do salário mínimo, que hoje compra duas vezes mais produtos da cesta básica do que no início do governo; a ampliação do ensino público universitário; a não-assinatura do tratado da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas); o fortalecimento dos laços com outros países do Sul do mundo e, em especial, com os da América Latina; a reorientação de empresas públicas (como Petrobrás e BNDES), são alguns exemplos dentre outros importantes”.



A plataforma apresentada pela CUT na resolução “expressa as necessidades da classe trabalhadora do nosso país, para impulsionar o segundo mandato de LULA e avançarmos no projeto de governo em curso, e superar definitivamente o neoliberalismo, conquista necessária para modificar a situação de vida do povo trabalhador”. No item “Desenvolvimento com Distribuição de Renda”, a CUT aponta para o incentivo à produção e ao emprego e propõe, entre outras ações:

- implementação de uma política de redução do superávit fiscal e das taxas de juros para ampliar o crescimento econômico e garantir distribuição de renda;
- fixação de política de valorização do salário mínimo de longo prazo a partir das discussões da Comissão tripartite;
- estabelecimento de meta anual de crescimento e emprego (com a mesma importância e centralidade das metas de inflação para as políticas governamentais);
- atualização anual da tabela de imposto de renda, com a recuperação dos reajustes do período em que a tabela ficou “congelada”;
- implementação de Política de Valorização dos serviços e servidores públicos, por meio da negociação de melhoria de salários, condições de trabalho, plano de carreira e recomposição de quadros.